

PRONERA: POLÍTICA PÚBLICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA.

M^a Elcineide de A. Marialva¹

RESUMO

O modelo neoliberal existente no Brasil na década de 90, pautava-se na lógica de um “Estado mínimo” socialmente e “máximo” economicamente, além de reforçar o processo de reforma do Estado e os cortes orçamentários nas políticas públicas. Com a reforma, as políticas públicas, dentre elas as educacionais, acabam não tendo seu direito totalmente assegurado, priorizando então, as políticas compensatórias. Nesse quadro que se privilegia essas políticas, está inserida a Educação do Campo, que sempre foi remediada através de projetos, programas emergenciais e sem continuidade, com ações justapostas e concepções de educação pautadas na realidade urbana, não sendo um espaço prioritário de ação institucionalizada. Diante desse fato, os movimentos sociais pressionam o governo, tornando-se o principal foco de oposição ao modelo neoliberal. O estudo de MOLINA (2004), afirma que a forte pressão dos movimentos sociais levou a criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, enquanto uma política pública do governo federal, atuando com estratégias de focalização e transferência de recursos para financiar projetos educacionais e promover ações educativas nas áreas de assentamentos rurais, implementado através de convênios entre universidades, órgãos públicos, instituições governamentais e entidades da sociedade civil. O Programa beneficia a educação de jovens e adultos assentados rurais, além de desenvolver os assentamentos rurais com a educação dessa população. Porém, não basta apenas pensar as políticas públicas, mas é necessário criar e dar condições para que sejam realizadas. Buscamos apresentar uma breve análise da configuração do PRONERA, com o intuito evidenciar como está sendo financiado os projetos educativos para os jovens e adultos assentados rurais.

Palavras – chave: Políticas Públicas, Educação do Campo, Assentamentos Rurais, Reforma agrária.

1. Introdução

O presente texto traz reflexões que vem emergindo da pesquisa de Mestrado e tem por objetivo analisar o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, constituído enquanto política pública do governo federal no final da década de 90, que no Brasil foram elaboradas e implementadas políticas educacionais sob influência político-ideológica do ideário neoliberal. Foi um momento em que a luta dos movimentos sociais foi significativa na efetivação de projetos de educação de jovens e adultos assentados da reforma agrária.

¹ Mestranda em Ciências Sociais em Educação, Universidade Estadual de Campinas, elcineide@yahoo.com.br

O PRONERA foi oficializado em 1998 atuando com estratégias de focalização e de transferência de recursos para financiar projetos educacionais com o intuito de promover ações educativas nas áreas dos assentamentos da reforma agrária, foi implementado por meio de convênios entre universidades, órgãos públicos, instituições governamentais e entidades da sociedade civil, que apresentam representatividade de trabalhadores e trabalhadoras das áreas rurais. Porém, a principal questão que nos motivou investigar esse programa foi: Num governo neoliberal, qual seria a intenção de se criar políticas específicas, como é o caso do PRONERA, para um determinado segmento social (jovens e adultos assentados da Reforma Agrária)?

Diante destas idéias procuramos sistematizá-las primeiramente a partir de uma rápida reflexão sobre Políticas Públicas, Estado de Bem-Estar Social e Estado Neoliberal. Em seguida, abordaremos o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA no âmbito de sua criação e execução sob a presença do ideário neoliberal. Ainda buscamos apresentar uma breve análise da configuração do PRONERA, a partir da avaliação realizada em 2004, com o intuito evidenciar a cobertura e como vem sendo atendido **financeiramentos** os projetos/convênios de educação para os jovens e adultos assentados rurais. Ao final, sintetizamos alguns resultados esperados que foram se mostrando no percurso inicial do estudo em questão.

2. Políticas Públicas (Sociais) no contexto do Estado de Bem-Estar Social e Estado Neoliberal.

As políticas públicas serão compreendidas como o “Estado em ação”, é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade. Então, para se analisar as políticas públicas, referindo-se àquelas de corte social é necessário compreender conforme Höfling (2001) “a concepção de Estado e a(s) políticas(s) que este implementa, em uma determinada sociedade, em determinado período histórico”.

Corroborando com Höfling (2001) as políticas sociais são pressupostos simultâneos ao Estado de Bem-Estar Social, como assim expressa:

“[as] políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico” (p. 31).

Desse modo, a autora chama atenção para a possibilidade de que as ações postas como emergenciais acabam sendo traduzidas por políticas sociais para pobres seletivamente escolhidos, promovendo uma segmentação da cidadania e o não conhecimento da política social enquanto direito para todos. Então, as políticas sociais serão utilizadas pelas políticas públicas como meio de promover o acesso aos bens de consumo coletivo, com mais ou menos constrangimento de sua ação no exercício do direito de cidadania em uma determinada sociedade. Este aspecto irá aparecer fortemente enquanto forma de pressão para a constituição das “carências” direcionadas as políticas sociais no âmbito do Estado capitalista.²

Para Offe e Ronge (1984) as políticas públicas (sociais) do Estado capitalista serão definidas como:

“o conjunto de estratégias mediante as quais se produzem e reproduzem constantemente o acordo e a compatibilidade entre essas (...) determinações estruturais do Estado capitalista.(...) existe uma e somente uma estratégia geral de ação do Estado. Ela consiste em criar as condições segundo as quais cada cidadão seja incluído nas relações de troca” (OFFE E RONGE, 1984).

Portanto, as políticas públicas garantem a acumulação do capital, e as políticas sociais compõem um quadro que favorecem a manutenção do Estado capitalista, como já salientou Offe (1984) é a conciliação entre as “carências” e os “interesses” que movem as políticas sociais.

Neste sentido, as políticas (públicas) sociais numa concepção neoliberal seriam ações do Estado na tentativa de regular os desequilíbrios gerados pelo desenvolvimento da acumulação capitalista, sendo consideradas um dos maiores entraves a este mesmo desenvolvimento e responsáveis em grande proporção pela crise que enfrenta a sociedade. Assim, as ações e estratégias sociais consideradas por Offe (1984) incidem essencialmente em políticas compensatórias, programas focalizados voltados àqueles que em função de sua “capacidade e escolhas individuais” não usufruem do progresso social. Tais ações não tem o poder, frequentemente, não se propõem a alteração das relações estabelecidas na sociedade.

Baseado nesse contexto, que a partir do início dos anos 90, sob influência da ideologia neoliberal, passa-se a integrar e pontuar a necessidade de intervenção a partir de ações nas camadas mais necessitadas, mais carentes, visando à manutenção da

² Offe e Ronge, 1984.

estabilidade política e redução de conflitos e para isso adota-se mecanismos de focalização no que tange as políticas públicas de caráter social.

Com relação à focalização das políticas sociais, Mendes (1993) pontua que:

“a focalização, decorre do fato de que os gastos sociais públicos chegam, em pequena proporção, aos setores pobres da sociedade e que, portanto, para eles, devem ser dirigidos, prioritariamente, os recursos para os programas sociais. Contudo, a pequena força política desses grupos populacionais, decorrentes de sua desorganização, e a pouca sensibilidade social dos neoliberais com relação a eles fazem com que a política de focalização termine por transformar-se numa neofilantropia (Mendes, 1993, p.51)”.

Nesse mesmo sentido Draibe (1993), expõe que “a focalização, por sua vez, significa o direcionamento do gasto social a programas e públicos-alvo específicos, seletivamente escolhidos pela sua maior necessidade e urgência”.

Então, a proposta da focalização abrange a argumentação da necessidade de “eliminar” a pobreza e o atendimento aos mais necessitados, apropriando-se do ideário democrático e com isso dificultando a compreensão de políticas públicas de corte social na política neoliberal.

Nessa configuração, encontra-se o PRONERA que vem atuando com estratégias de focalização e de transferência de recursos para financiar projetos educacionais com o intuito de promover ações educativas para um determinado segmento social nas áreas dos assentamentos da reforma agrária.

3. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA.

Com o aprofundamento do modelo neoliberal nesse período, a pressão dos movimentos sociais foi ainda mais intensa. Na qual os movimentos sociais, entre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST . Diante disso, algumas iniciativas voltadas para a educação do meio rural, que apontavam para a construção de políticas públicas educacionais, começaram a surgir em contraposição ao quadro desalentador em que historicamente se constituiu a educação do meio rural brasileiro, pelo latifúndio, pela monocultura e pelo recurso a técnicas de produção muito rudimentares, que interferiu significativamente na evolução da educação escolar brasileira, dentre elas a criação do PRONERA, como proposta educativas para uma cartegoria social específica dos acampamentos e assentamentos da reforma agrária, que seriam os jovens e adultos da reforma agrária.

Em 1997 foi realizado o I Encontro Nacional de Educação na Reforma Agrária – ENERA, resultado de uma parceria entre o Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária da Universidade de Brasília – GT-RA/UnB, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, representado pelo seu Setor de Educação e o Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF. Estiveram presentes nesse Encontro cerca de setecentas pessoas, entre educadores dos assentamentos e acampamentos do MST e professores de mais de vinte universidades, que vinham desenvolvendo projetos educativos em assentamentos da reforma agrária³. Foi concluído nesse evento a necessidade de uma articulação entre os trabalhos em desenvolvimento, assim como a sua expansão, dada a demanda dos movimentos sociais por educação no meio rural e a situação deficitária da oferta educacional no campo.

Nesse contexto foi criado em 1998, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA enquanto política pública do governo federal, com o objetivo de promover ações educativas nas áreas dos assentamentos da reforma agrária, e vem sendo implementado por meio de convênios entre universidades, órgãos públicos, instituições governamentais e entidades da sociedade civil que apresentam representatividade de trabalhadores das áreas rurais.

O objetivo do PRONERA é promover o acesso à educação formal em todos os níveis aos trabalhadores e trabalhadoras nas áreas de Reforma Agrária. Para isso desenvolve ações de Educação de Jovens e Adultos, Alfabetização, Ensino Fundamental e Médio; cursos profissionalizantes de nível médio, cursos superiores e cursos de especialização. Em convênio com mais de 50 universidades públicas e comunitárias, os cursos garantem a chamada alternância regular de períodos de estudos com tempos diferenciados de aprendizados, de maneira que os assentados possam estudar sem sair do campo. Existe ainda, o envolvimento das comunidades onde esses trabalhadores e trabalhadoras residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região⁴.

³ Esse processo de discussão culminou com a realização da I Conferência Nacional: Por Uma Educação Básica do Campo em julho de 1998, com 974 participantes em Luziânia-GO. "Após a Conferência, as entidades coordenadoras do processo decidiram continuar atuando juntas, por meio da Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, trabalhando na perspectiva de contribuir para a construção de políticas públicas específicas para responder demandas educacionais no meio rural, aliada ao desenvolvimento de estratégias que busquem o desenvolvimento humano (MOLINA, 2003, p. 66)".

⁴ Disponível em : www.incra.gov.br - acesso em 19/09/2009.

Porém, a modalidade prioritária do PRONERA é a Educação de Jovens e Adultos (EJA), que compreende o processo de alfabetização e escolarização dos assentados, que de acordo com o Manual de Operações do Pronera⁵ (2004),

Examinadas as possíveis linhas de ação, decidiu-se dar prioridade à questão do analfabetismo de jovens e adultos, se ser excluído o apoio a outras alternativas. As razões para essa opção foram: o alto índice de analfabetismo e os baixos níveis de escolarização entre os beneficiários do Programa de Reforma Agrária; a preferência do Ministério da Educação pela política de reforço do ensino regular e a tendência verificada entre os dirigentes municipais de considerar os assentamentos áreas federais e, portanto, fora do âmbito de sua atuação. (MANUAL DE OPERAÇÕES, 2004, p.15)

Desse modo, as ações de escolarização e de formação dos jovens e adultos assentados da reforma agrária, direciona-se a para inclusão social destes sujeitos, com o objetivo de torná-los construtores de suas identidades, para que finquem raízes e reconheçam o campo como seu lugar de vida e trabalho, além de procurar atender às necessidades de produção, organização e sustentabilidade socioambiental dos assentamentos rurais.

De acordo com Di Pierro (2001), o PRONERA acolhe projetos propostos por instituições de ensino superior (IES) que mantenham parcerias com movimentos sociais e organizações não-governamentais. Estes parceiros devem está envolvidos com as atividades em assentamentos da reforma agrária. No início, os projetos eram avaliados pela Comissão Nacional do Pronera⁶, depois de serem analisados pela Comissão Administrativa que verifica os aspectos formais de adequação aos critérios de elegibilidade, e a Pedagógica que emite o parecer técnico, esse modelo de gestão foi alterado a partir de 2001, quando o Pronera passou a subordinar-se à Superintendência do Desenvolvimento Agrário do Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária – INCRA, e as decisões administrativas passaram a ser tomadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural, dessas instâncias tripartites originais, foi preservada a Comissão Pedagógica Nacional, e permanece até hoje essa estrutura organizacional do Programa.

⁵ O Manual de Operações do Pronera é o documento base que define a estrutura operacional e as orientações pedagógicas do Programa. Desde sua criação, foram produzidas três versões: a primeira foi aprovada com a criação do Programa (Portaria MEPEF/Nº 10/1998), a segunda incorporou as deliberações oriundas das medidas extremas do Governo, a partir de meados de 2001 (Portaria INCRA/Nº 837/2001); a terceira e atual edição constituiu o resgate da essência do Programa, retomando, desde o processo de reformulação, seus princípios e pressupostos (Portaria INCRA/Nº 282/2004).

⁶ A Comissão Nacional do Programa é exercida pela Direção Executiva (responsável pela administração e gestão do Programa) e Comissão Pedagógica Nacional (instância responsável pela orientação e definição das ações político-pedagógicas do Programa).

O PRONERA, vem enfrentando muitos desafios desde sua implementação e execução. Ainda permanece como uma intervenção setorial associada à democratização do acesso à terra. Na maior parte dos contextos, essa intervenção não impacta significativamente as condições de vida, devido à ausência e/ou insuficiência de outras políticas públicas de combate à pobreza, garantia de direitos e desenvolvimento rural, como o acesso ao crédito e à assistência técnica, melhoria das condições físicas de infra-estrutura (moradia, sistema viário, iluminação, meios de transporte, saneamento básico), segurança alimentar, saúde e educação escolar.

Nessas condições, é compreensível que a população assentada nem sempre encontre motivação suficiente para engajar-se ou permanecer em processos educativos que envolvem investimento pessoal e familiar, sendo elevada a evasão nos cursos de Alfabetização de Jovens e Adultos. Um dos desafios é o de investir na articulação interministerial e intersetorial de políticas públicas para estabelecer nexos mais efetivos entre a elevação de escolaridade, a qualificação profissional, o acesso ao crédito e a oportunidades de geração de renda⁷.

Dessa forma, diversos estudos tratam sobre o PRONERA. O estudo de Andrade (2009) procura investigar a constituição e organização do PRONERA como anúncio de uma política pública de educação do campo pautado na parceria, num caso específico do Estado do Pará. Nesta mesma direção existe a pesquisa de Freitas (2008) que procura analisar como se constituem as relações políticas e pedagógicas entre os atores que constroem os cursos vinculados ao Pronera. Uma outra análise sobre o Pronera é a que faz Peruis (2008) quando verifica as formas de gestão que foram estabelecidas pelo programa na intenção de trabalhar com a educação de jovens e adultos das áreas de assentamento da Reforma Agrária do Mato Grosso do Sul. No estudo que Rocha (2007) realiza, busca apreender os impactos do Pronera na formação dos educadores(as), especificamente nos assentamentos do MST no estado do Maranhão, tomando como parâmetro a contribuição desse programa na melhoria da qualidade da educação e formação política dos assentados da reforma agrária. Silva (2001) em sua pesquisa apresenta informações e reflexões sobre a educação de jovens e adultos em um assentamento do sudeste paulista a partir da implantação do Pronera.

⁷ Esses são alguns dados levantados na pesquisa que resultou no trabalho: A Educação na Reforma Agrária em Perspectiva : Uma avaliação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Jesus et. al., 2004)

O estudo realizado por Di Pierro (2001) apresenta as tendências descentralização, focalização e a parceria como características das políticas de cunho social nas políticas de educação de jovens e adultos. Além da pesquisa desenvolvida por Molina (2004) que busca entender o Pronera enquanto *política pública*, a partir das condições históricas e do acúmulo político que tornou possível propor-se esta política de educação específica para as áreas de reforma agrária, numa conjuntura de desmonte e intervenção do Estado na educação, ao mesmo tempo que procurou analisar o que significou e o que produziu a existência dessa política.

Este estudo de Molina (2004) e o de Rodrigues (2006), mostram que o PRONERA foi resultado da luta dos movimentos sociais no final da década de 90, com o propósito de inserir na agenda pública a discussão sobre uma política que de fato garantisse direito educacional de qualidade aos povos do campo. Diante desta tese, é que foram surgindo novas inquietações, que seriam: De fato foi só por conta da luta dos movimentos sociais que se impulsionou a criação deste programa? Ou naquele momento, o cenário econômico-político que se estabelecia e se desenvolvia através de uma política com o enfoque neoliberal, utilizou-se de estratégias para silenciar os movimentos sociais que lutavam por seus direitos?

Diante dessa rápida incursão nas pesquisas que tratam sobre o PRONERA, que buscamos levar em consideração a necessidade de uma investigação mais detalhada desse programa enquanto política pública pensada e implementada dentro de uma conjuntura econômica e política que marcaram o final da década 1990 no Brasil.

4. Cobertura do Pronera e a relação como os recursos financeiros.

Analisando a avaliação realizada em 2004 pelas prof^{as} Maria Clara Di Pierro e Marcia Regina Andrade é possível evidenciarmos conforme tabela abaixo, o número de convênios, as instituições de ensino superior envolvidas, o número de alunos atendidos, a quantidade de municípios e assentamentos participantes no processo educativo que envolve o Pronera no período de 1998 (ano de sua implantação) a 2002 (fim do governo Fernando Henrique Cardoso).

Tabela 1: Pronera: Síntese – 1998-2002.

Ano	Nrº Convênios	IES	Alunos	Municípios	PAs
1998	10	10	6.460	83	188
1999	51	37	56.590	548	1284
2000	18	15	12.205	130	300
2001	29	15	23.728	409	727
2002	31	22	23.932	404	881
Total	139	99	122.915	1.574	3.380

Fonte: Dados de 1998, 1999 e 2000 - Relatórios de Atividades – MDA/INCRA/. Dados de 2001 e 2002, fornecidos pelos SRs. Extraído do Relatório de Avaliação do Pronera – 2004.

A partir dos dados assim reunidos (Tabela 1), observamos que o Programa no período de 1998 a 2002, atingiu cerca de 123 mil alunos de todo o país, através da execução de 139 convênios⁸, assim como da participação de 99 instituições de nível superior como parceiras nesse processo. Em 1999 percebemos que foi o ano que apresentou melhor desempenho em relação aos outros anos em análise, isso talvez se justifique devido à disponibilidade de recursos e mobilização dos movimentos sociais para implementar o Programa.

Na perspectiva de compreender o atendimento às matrículas a partir dos dados mostrados no Relatório de Avaliação do Pronera, apresentaremos na tabela 2 às matrículas e o percentual de atendimento por modalidade de ensino que são atendidas pelo Pronera, no período do estudo. Este programa em 1998 inicia suas atividades atendendo as matrículas de alfabetização e educação de jovens e adultos (dados estes que foram mensurados a partir de 1999), no ano seguinte amplia suas modalidades educativas passando atender projetos que envolviam demandas nos cursos técnicos/profissionalizantes em nível médio e ensino superior, estendendo atualmente a pós-graduação em nível de especialização (que não foi mensurado no período em questão)

⁸ É possível que os dados acumulados excedam o número real pois as mesmas universidades e assentamentos podem ter mantido cursos por anos sucessivos, e os mesmos assentados podem ter permanecido em cursos por anos continuados.

Tabela 2: Pronera: Matrículas por modalidade de ensino (1999-2002)

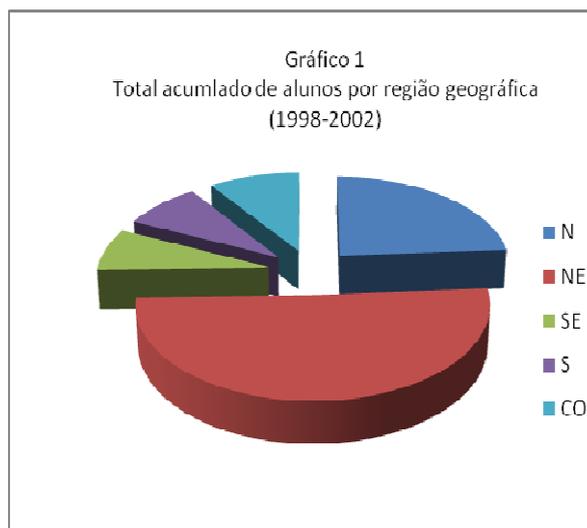
Ano	Total matrículas	EJA	%	Magistério	%	Pedagogia	%	Técnico Profis.	%	Pós-Técnico	%	Outros*	%
1999	56.590	51.556	91,1	160	0,3	168	0,3	146	0,3	100	0,2	0	0
2000	12.205	12.075	98,9	80	0,7	50	0,4	50	0,4	0	0	0	0
2001	23.728	22.754	95,9	196	0,8	50	0,2	470	2,0	4.005	16,9	385	1,6
2002	23.932	23.104	96,5	260	1,1	180	0,8	250	1,0	70	0,3	0	0
Total	116.455	109.489	94,0	696	0,6	448	0,4	916	0,8	4.175	3,6	385	0,3

Fonte: Dados de 1998, 1999 e 2000 - Relatórios de Atividades – MDA/INCRA/. Dados de 2001 e 2002, fornecidos pelos SRs. Extraído do Relatório de Avaliação do Pronera – 2004.

* Outros:

Observamos que Pronera no período de 1999 a 2002 atendeu um total de matrículas por modalidade de ensino (EJA, Magistério, Pedagogia, Técnico Profissionalizante, Pós-técnico e outros) de quase 117 mil jovens e adultos. Observamos na tabela 2 que no ano de 1999 mais de 90% das matrículas envolvia a modalidade de alfabetização dos assentados rurais, este dados revelam a prioridade dada pelo programa às necessidades básicas de aprendizagem para com essa demanda. Porém nos anos seguintes há certa oscilação no que se refere a esse atendimento. Isso se justifica pela descontinuidade das ações do Pronera, em grande parte vinculada ao fluxo irregular de recursos financeiros.

No gráfico 1, verificamos que das regiões brasileiras, o Nordeste é que apresenta o maior percentual de alunos atendidos pelo Pronera, atingindo 50%. Isto esta relacionado a concentração do maior número de assentamentos e ao maior contingente de população assentada nessa região. A região Norte aparece em segundo com um atendimento de 24%. Enquanto do Sudeste e Sul atenderam apenas 8% de jovens e adultos dos assentamentos rurais.



Extraído do Relatório de Avaliação do Pronera – 2004.

Na tabela 3, procuramos mostrar a relação entre as metas previstas para a demanda atendida e o que foi orçado e executado para esse atendimento, no período de 1998 a 2002. Que conforme Molina (2004) desde sua origem o Pronera vem sofrendo com dificuldades de recursos financeiros, o que desencadeou forte pressão reivindicatória por parte dos movimentos sociais, principalmente o MST e a Contag que sempre foram decisivos na sustentação e continuidade do Programa.

Tabela 3: Pronera: Metas e Orçamento (1998-2002)

ANO	METAS						ORÇAMENTO (R\$)		
	IES	Convênios	Municípios	PAs	Alunos/ Matrículas	%	Previsto	Executado	%
1998	10	10	83	188	6.460	5,3	3.000.000,00	3.000.000,00	100,00
1999	37	51	548	1.284	56.590	46,0	21.500.000,00	8.377.236,00	38,96
2000	15	18	130	300	12.205	9,9	19.000.000,00	17.110.114,87	90,05
2001	15	29	409	727	23.728	19,3	24.114.712,00	9.030.240,00	37,45
2002	22	31	404	881	23.932	19,5	11.441.000,00	9.691.000,00	84,70
Total	99	139	1.574	3.380	122.915	-	79.055.712,00	47.208.591,34	59,71

Fonte: Relatório de Atividade MDA/INCRA/Coordenação de Pojetos Especiais, para 2001 e 2002, SRs do INCRA. Extraído do Livro “A Educação na Reforma Agrária em Perspectiva” – 2004.

Percebemos que os dados da tabela 3, nos revelam que no período de 1998 a 2002, há oscilações com relação ao motante do orçamento do Programa e a também na execução. Esse movimento de tensão orçamentária do Pronera, provocou certa instabilidade no atendimento e descontinuidade das ações, ou seja, a dificuldade de

liberação dos projetos educativos para a educação de jovens e adultos dos assentamentos da Reforma Agrária.

5. Metodologia

A pesquisa inclui estudo de campo, onde estamos combinando procedimentos de pesquisa quantitativa e qualitativa, pautados numa matriz de indicadores correspondentes às seguintes dimensões do PRONERA, como: a questão político-institucional; estrutura organizacional e gestão; financiamento; cobertura do programa. Além de uma extensa pesquisa bibliográfica que partiu da dificuldade de encontrar material disponível sobre os temas com os quais estamos nos deparando no percurso de nossa pesquisa, estamos utilizando, também, um conjunto significativo de *fontes primárias e secundárias*. Estão sendo usados instrumentos de pesquisa empírica, tais como questionários e entrevista, que estão sendo realizadas com gestores, asseguradores da Superintendência Regionais do INCRA, coordenadores dos projetos financiados pelo PRONERA, secretários financeiros do Programa Nacional e Estadual, com intuito de apreender as expectativas, percepções, significados e sentidos atribuídos pelos sujeitos envolvidos com o Programa em investigação.

6. Resultados Esperados

Então, de forma preliminar, o estudo revela que o PRONERA enquanto política pública, foi instituído devido à intensa pressão dos movimentos sociais do campo, pois, não tem existido política social desligada das reivindicações populares, o Estado acaba assumindo algumas dessas reivindicações, ao longo de sua existência histórica, porém, não significam a aprovação de todas as reivindicações populares, e sim a consagração daquilo que é aceitável para o governo naquele momento.

O PRONERA se mostra como uma ação positiva de uma política focal de cunho compensatório que atende um segmento social específico, neste caso os jovens e adultos assentados da reforma agrária. As políticas focais para a área social ampliam-se no Brasil e consolidam o novo paradigma de políticas de oferta econômicas e não mais as políticas de demanda social com origem na sociedade civil organizada a exigir os direitos subjetivos do cidadão e dever do Estado. A sociedade civil assume o dever de uma nova forma de regulação e controles sociais, depois do reajuste realizado com a reforma do Estado, a reestruturação produtiva e a reorganização da sociedade civil,

neste último caso elegendo organizações não governamentais (ONGs) e o Terceiro Setor como interlocutores privilegiados do governo, em vez dos movimentos sociais emergentes da década de 80.

Esse programa é a continuidade da reforma educacional e dos programas sociais decorrentes do governo de Fernando Henrique Cardoso, naturalizando as metas de uma regulação e controle sociais que teve origem na reforma do Estado cujo início foi partir de 1995, que se seguiu na segunda metade da década de 1990. Portanto, ainda seria impossível indicarmos as fragilidades das políticas de governo, especialmente, as focais, para resolução de problemas estruturais de tamanha densidade histórica, uma vez que a pesquisa ainda se encontra em fase inicial.

Porém, evidenciamos como consequência da política neoliberal a crise financeira que passa atualmente o PRONERA, uma vez que sofreu forte redução orçamentária para sua execução, o que já vinha acompanhado esse programa desde sua criação. Por outro lado, acreditamos que ainda é possível que esse programa atue como mecanismo de reconstrução de políticas públicas no âmbito do Estado e da sociedade civil, e venha produzir política de Estado para Educação do Campo que privilegiem a intensificação da condição humana da excluída população que vive no meio rural.

7. Referências Bibliográficas

ANDERSON, Perry. **Balanco do neoliberalismo**. In: SADER, E.; GENTILLI, P. (orgs). **Pós- neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

ANDRADE, Luciane Almeida Mascarenhas. **Desafio da parceria na implementação do PRONERA: o caso do projeto alfabetização cidadã no noroeste paraense**. Natal, 2009. **Dissertação** (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

ANDRADE, Márcia Regina. PIERRO, Maria Clara Di. MOLINA, Mônica Castagna. SANTOS, Sônia Maire (Orgs). **Educação na Reforma Agrária em Perspectiva: uma avaliação do PRONERA**. São Paulo: Ação Educativa, Brasília: PRONERA, 2004.

ANTUNES, Ricardo. **Reestruturação produtiva e mudanças no mundo do trabalho numa ordem neoliberal**. In: DOURADO, L. F; PARO, V. H. (orgs). **Políticas públicas & educação básica**, São Paulo: Xamã, 2001.

ARROYO, M.G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse estatística da educação básica: censo escolar 2004. Brasília: INEP, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, Produção e Qualidade de vida no Meio Rural. Brasília, DF: 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária (versão preliminar). Brasília, DF: 2005.

BOGDAN, Roberto; BILKLEN, Sari. **Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos.** Porto: LDA, 1994.

CNBB et al. II Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo: Declaração Final. Luziânia, GO: 2004. (Mimeo)

CNE. Resolução CNE/CEB 1/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 32.

DRAIBE, S. M. **As políticas sociais e o neoliberalismo.** *Revista da USP*, v.13, p.86 - 101, 1993.

DI PIERRO, Maria Clara. **Descentralização, focalização e parceria: uma análise das tendências nas políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos.** In: Educação e Pesquisa. São Paulo. V. 27. n. 2, p. 3210337, jul /dez. 2001.

FREITAS, Helana Célia de Abreu. **A Formação da Rede de Educação de Assentados da Reforma Agrária: o PRONERA.** In: <http://www.alasru.org/cd alasru2006/21%20GT%20Helana%20C%20C3%A9lia%20de%20Abreu%20Freitas.pdf>. (acesso em 04/01/2010)

FURTADO, Eliane D. P. **Estudo sobre a Educação para a População Rural no Brasil.** In: http://www.unesco.cl/medios/biblioteca/documentos/estudio_educacion_poblacion_rural_brasil.pdf (acessado em: 16/09/2006). http://www.red-ler.org/estudio_educacion_poblacion_rural_brasil.pdf (acesso em 04/01/2010)

FURTADO, Eliane D. P. **Políticas públicas de EJA no campo: do direito na forma da lei à realização precária e descontinuidade.** In: http://www.utp.br/Cadernos de Pesquisa/pdfs/cad_pesq8/5_politicas_publicas_cp8.pdf

HÖFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e políticas (públicas) sociais.** <http://www.scielo.br/scielo.php?script=SO101>, 02 jul. 2007.

MENDES, E. V. As políticas de saúde no Brasil nos anos 80: a conformação da reforma sanitária e a construção da hegemonia do projeto neoliberal. In: MENDES, E. V. (org) **Distrito Sanitário: o processo social da mudança das práticas sanitárias do SUS.** SP-RJ: Hucitec, p.19-92, 1993.

MDA/CONDRAF. **Documento –Base Aprovado Pós Plenária**. Plenária Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. [http:// www.mda.gov.br/index](http://www.mda.gov.br/index). Acesso em maio de 2006.

MDA/INCRA/ Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária – SIPRA. **Estatísticas sobre Financiamento do PRONERA**. Brasília – DF, 2006.

MOLINA, Mônica Castagna. **Censo educacional nos assentamentos será usado para elaboração de políticas públicas para o campo**. Entrevista concedida ao INCRA (08 de abril de 2005). Disponível em <http://www.incra.gov.br/noticias/>. Acesso em 20 de dezembro de 2005.

MOLINA, Mônica C. **A contribuição do PRONERA na construção de políticas públicas de educação do campo e desenvolvimento sustentável**. Brasília, 2003. Tese (Doutorado em Educação) Universidade de Brasília. <http://www.unbcds.pro.br/publicacoes/MonicaMolina.pdf>

OFFE, C. e RONGE, V. Teses sobre a fundamentação do conceito de Estado Capitalista e sobre pesquisa política de orientação materialista. In: OFFE, C. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, p.122-137, 1984.

PERIUS, Lúcia Célia Ferreira da Silva. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária- A gestão do Pronera no Estado do Mato Grosso do Sul 1998 – 2001**. Campo Grande - MS, 2008. **Dissertação** (Mestrado em Educação) Universidade Católica Dom Bosco.

ROCHA, Helianane Oliveira. **A educação do campo nos espaços de lutas políticas dos movimentos sociais: análise e contribuição da formação dos(as) educadores (as) do MST no Maranhão via o Pronera**. Dissertação de Mestrado. São Luis, 2007.

RODRIGUES, Lyvia Maurício. **Desafios e Possibilidades na Educação de Jovens e Adultos no contexto do PRONERA**. Florianópolis, 2006. **Dissertação** (Mestrado em Sociologia Política) Universidade Federal de Santa Catarina.

SILVA, Edivaneide Barbosa da. **Práticas educativas dos assentados no Sudoeste Paulista: um olhar sobre o Pronera**. Campinas, 2001. **Dissertação** (Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Campinas.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **MST protesta contra corte de verba em cursos para militantes**. TERÇA-FEIRA, 9 DE JUNHO DE 2009.